

ATA DA REUNIÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - COMUTRAN

Aos **10 dias do mês de junho de 2014**, às 19:00h, no auditório da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTRANS, Rua Alberto Torres, 115, Centro, Petrópolis, RJ, ocorreu a quarta reunião ordinária do COMUTRAN – Conselho Municipal de Transportes, no ano de 2014, tendo como secretária a Sra. Rogéria Maria Canedo Guimarães, cuja pauta da reunião foi a seguinte: “1) *Prestação de contas da fiscalização do serviço de transporte escolar*; 2) *Discussão sobre a implantação de ciclofaixas*; 3) *Discussão sobre a proposta de monitoramento do transporte coletivo GPS*; 4) *Organização da CMTT*; 5) *Aprovação da ata da reunião do mês de maio de 2014*; 5) *Assuntos Gerais*”. Constatando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quantos bastem para o quorum necessário, o Sr. Gilmar de Oliveira, Diretor Presidente da CPTRANS e Presidente do COMUTRAN, deu início aos trabalhos. Em informes o Presidente abriu a palavra para os membros. Alexandre Eiras, representante do Sindicato dos Bancários perguntou sobre a proposta de transformação do COMUTRAN em Conselho deliberativo, já aprovada pelo Conselho. Com a palavra, Gilmar informou que as propostas de minuta de Lei e de Decreto encontram-se sob análise da Assessoria Jurídica do Gabinete do Prefeito que agendará reunião na próxima semana para a tratativa do assunto. Ato contínuo foi solicitado pelos membros a inversão da pauta considerando que os representantes das vans escolares encontravam-se a caminho. Aceita a inversão da pauta por todos, passou-se ao item 2, “*Discussão sobre a implantação de ciclofaixas*”. Com a palavra, o Presidente mediante o uso de recurso *datashow* passou à discorrer sobre o assunto, utilizando-se de imagens da marcação dos espaços destinados à ciclofaixa na Avenida Barão do Rio Branco. Dispôs que a ciclofaixa implantada na Avenida Barão do Rio Branco é dotada de sinalização horizontal e vertical nos termos definidos pelo Código de Trânsito Brasileiro. Dispôs que a medida tem por objetivo criar condições mais favoráveis para o uso da bicicleta na cidade e trata-se de uma proposta alinhada com os resultados da Conferência das Cidades, onde foi destacada a necessidade de implantar infraestrutura adequada para o uso da bicicleta como elemento da mobilidade urbana. Reconhece as dificuldades por tratar-se de uma medida inovadora e que certamente provocará discussão sobre as formas alternativas de mobilidade e a equidade de uso do espaço viário de circulação. A orientação da CPTRANS é a de que os veículos não devem estacionar na ciclofaixa e respeitar a distância de segurança do ciclista, mas que se trata de

uma faixa compartilhada com outros veículos e deve-se evitar trafegar sobre ela. Apresentou uma proposta de campanha contendo dicas de segurança para os ciclistas e motoristas, medida que foi aprovada pelos Conselheiros do COMUTRAN. Alvaro Bastos/OAB dispôs que é favorável à implantação de ciclofaixas. Entende que a ideia deve ser propagada e defendida pelo COMUTRAN. É um modal de transporte que desafoga o trânsito e visa um bem estar da coletividade. Com a palavra, Alexandre/Sindicato dos Bancários acha importante a inovação, mas entende que a geografia da cidade prejudica a expansão desse modo de transporte. Questionou se a metragem e a localização do lado direito da pista encontram-se em conformidade com os dispositivos legais. Marcia Kraus, engenheira da CPTRANS, dispôs que o CTB pede o afastamento do veículo em 1,5 do ciclista, mas não se reporta se a faixa deve ser posicionada na direita ou na esquerda da via. Por questões de segurança, considerando o rio que corta a Avenida Barão do Rio Branco, a ciclofaixa foi posicionada do lado direito da via por ter velocidade mais compatível, por conta de acessos aos lotes lindeiros, paradas de ônibus, etc.. Evandro/ASTAPE parabenizou a iniciativa da CPTRANS, mas se preocupa com a utilização do espaço por diversas categorias, tais como academias, corredores além dos ciclistas, o que pode gerar algum transtorno. Paulo Martins, com a palavra, dispôs que o Grupo de Trabalho Mobilidade Urbana reúne-se às sextas feiras na CPTRANS e está aberto para todos os interessados. Comentou que o GT tem contado com a participação de Jarbas Neto, cicloativista e profundo conhecedor do assunto, que trouxe contribuições importantes para o GT e para o desenvolvimento desse tema na Conferência das Cidades, onde foi destacada a necessidade de implantar infraestrutura adequada para o uso da bicicleta na cidade de Petrópolis. Dispôs que apoia a iniciativa da CPTRANS, não obstante saber dos problemas que eventualmente podem ocorrer. Reivindicou que o Conselho se manifeste acerca da implantação da ciclofaixa, aprovando-a ou não. Propôs também que o COMUTRAN apoie a campanha da ciclofaixa. Em resposta a tais colocações os membros do conselho presentes à reunião se manifestaram de posição favorável, tanto quanto à implantação da ciclofaixa na Av. Barão do Rio Branco, quanto à campanha de orientação dirigida para os condutores de veículos e os ciclistas. Jean representante da empresa de transporte coletivo TURB dispôs que não é contra a ciclofaixa, mas questiona a sua implantação na direção bairro-centro. Receia pela segurança dos ciclistas e dos passageiros dos ônibus, visto que entende que a via não comporta a metragem destinada à ciclofaixa e aos veículos de transporte coletivo que são considerados muito grandes. O trajeto é perigoso e pode gerar acidentes, afirmou. Sandro Lara/UDAM, parabenizou a iniciativa da CPTRANS por já colocar em prática questão que foi discutida e

definida na Conferência da Cidade realizada em março do ano corrente. Entende que a CPTRANS deve envidar esforços no sentido de também disponibilizar faixas exclusivas para os veículos de transporte coletivo. Com a palavra, Gilmar dispôs que busca a implantação de mais faixas exclusivas para os veículos de transporte coletivo visto que é um instrumento que reflete em bons resultados para o trânsito. Dispôs que o PAC2 prevê a implantação de faixas exclusivas para o transporte coletivo. Alvaro Bastos/OAB, dispôs que desconhecia as regras do assunto. Após inteirar-se, passou a apoiar integralmente a implantação das ciclofaixas, visto que atende na íntegra do disposto na legislação vigente acerca do assunto. Com a palavra, o vereador Meireles externou a sua preocupação com a ciclofaixa. Disse que estava naquele momento falando em nome das pessoas residentes e comerciantes do bairro Bingen que temem a instalação da ciclofaixa naquela via. Dispôs que possui um abaixo assinado contendo 450 assinaturas contra a implantação da ciclofaixa na região e que já protocolou na Prefeitura Municipal de Petrópolis. Disse também que a localidade conta com mais de 180 estabelecimentos comerciais e que a implantação da ciclofaixa acarretará em grave prejuízo para os comerciantes considerando que não haverá mais a possibilidade de vagas para estacionamento de veículos próximo aos estabelecimentos comerciais. Preocupa-se muito com a segurança dos usuários visto que o espaço é estreito. Pergunta se o corpo técnico da CPTRANS aprovou a implantação da ciclofaixa. Retomando a palavra, Álvaro Bastos/OAB disse que a Rua foi feita para que todos a utilizem como via de passagem, visando a fluidez do trânsito, não o estacionamento. Com a palavra Alexandre/Sindicato dos Bancários disse que a ciclofaixa não deve ser a principal ação do município com vista à mobilidade. Ademais, não se deve comparar Petrópolis com outros países dotados de culturas distintas. Torna-se necessário e urgente proporcionar um transporte público eficiente e de qualidade. O foco deve ser o transporte público, considerando principalmente que poucas vias da cidade poderão ser aproveitadas para ciclofaixa. Com a palavra, Gilmar dispôs que a ciclofaixa não é a única ação da Prefeitura na área de mobilidade urbana, mas por se tratar uma proposta inovadora estimulou o debate acerca desse tema. No seu entendimento, seria essa a maior contribuição da medida, ou seja, levar a sociedade a refletir sobre as diferentes formas de deslocamento na cidade, que não apenas usando o automóvel. Por isso a importância de trazer o assunto para o COMUTRAN, que possui a total legitimidade e maturidade para debater os temas ligados à mobilidade. A respeito da possível implantação de uma ciclofaixa na Rua Bingen, disse que a proposta ainda encontra-se sob análise e avaliação da CPTrans. Retomando a palavra, o Vereador Meireles questiona se a implantação da ciclofaixa na Rua

Bingen será significativa e compensatória para a fluidez do trânsito, considerando-se a segurança da coletividade e o interesse dos comerciantes. Sr. Paulo Martins disse que deverá ser utilizado o bom senso, onde cabe a ciclofaixa o COMUTRAN deve apoiar, onde não cabe, o COMUTRAN não deve apoiar. Retomando a palavra, Álvaro Basto/OAB ressaltou que a implantação de ciclofaixa é uma exigência legal. Com a palavra Gilmar reiterou que se trata de uma medida inovadora, que aposta na mudança de comportamento dos condutores de veículos e destacou que a CPTRANS está preparando material educativo, já demonstrado na reunião, e que será utilizado para orientar ciclistas e condutores de veículos, visando a conscientização de todos. Vilcemar, representante da empresa Cidade Real, dispôs que apoia a implantação de ciclofaixas, mas pediu ajuda aos Conselheiros do COMUTRAN para ajudar na discussão e na defesa da implantação de faixas exclusivas para o transporte coletivo. Passando ao item 3 da pauta, *“Discussão sobre a proposta de monitoramento do transporte coletivo GPS”*, o Presidente do COMUTRAN informou que o Município visa dispor acerca da obrigatoriedade de instalação de sistema de monitoramento por GPS nos veículos de transporte coletivo de passageiros. Neste sentido, foi apresentada uma minuta de Decreto para debate no COMUTRAN. Acrescentou que o sistema visa trazer grandes benefícios para a coletividade na medida em que poderá fornecer informações úteis aos usuários do serviço, como o posicionamento do veículo e o tempo estimado de chegada ao ponto. Foi proposto pelo Presidente que a minuta do Decreto será encaminhada a todos para análise e pronunciamento, sendo a seguir encaminhado para a assessoria jurídica da Prefeitura. Propôs ainda que na próxima reunião o COMUTRAN discuta sobre a proposta de implantação de corredores exclusivos para ônibus, o que foi aceito por unanimidade. Retomando ao item 1 da pauta, *“Prestação de contas da fiscalização do serviço de transporte escolar”*, Gilmar mediante *datashow* passou à discorrer sobre o assunto, informando dados sobre a emissão de notificações, multas e o registro de apreensões de veículos irregulares. Foram apresentados os locais e a quantidade de abordagens feitas pela equipe de fiscalização da CPTrans em 2013 e em 2014. Para o próximo semestre letivo, visa-se o seguinte: 1) continuação das ações de fiscalização com apoio do reboque; 2) aplicar as penalidades e notificações a os Autorizados que não realizaram a vistoria 1º semestre 2014; 3) envio de comunicação às Escolas no sentido de conscientizar os pais quanto aos riscos de utilização do transporte escolar irregular; e, 4) campanha com folhetos e cartazes chamando a atenção para o problema e consequências do Transporte Escolar Irregular. Com a palavra, Carlos Eduardo da AMATEP, reiterou a necessidade de que sejam entregues panfletos nos colégios informando sobre a regularidade e segurança dos veículos de transporte escolar. Pede que a

CPTRANS mantenha as vistorias regulares, pelo menos uma vez por semana. Com a palavra o Vereador Meireles entende que os casos de apreensão de veículo devem ser feitos com o apoio de policiais militares. Passando-se para o item 4 da pauta, “*Organização da CMTT*”, Luciano/UCP dispôs que o GT mobilidade tem se encontrado semanalmente, inclusive para tratar do assunto e está aguardando pronunciamento quanto à data da realização da Conferência. Com a palavra, Gilmar informou que está no aguardo da disponibilização de data pelo Gabinete do Prefeito para o agendamento final do evento. Em Assuntos Gerais item 5 da pauta, Paulo Martins informou que foi elaborado um ofício e entregue ao Exmo. Sr. Prefeito no dia 09 de junho de 2014 solicitando o seguinte: 1) Minuta de Lei que altera o COMUTRAN e o seu Regimento Interno; 2) Criação do Grupo de Trabalho para acompanhar as etapas de elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana; 3) Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Sr. Paulo fez a leitura do mencionado ofício entregando à secretaria do Conselho para arquivo. Informou que o Prefeito foi muito receptivo e demonstrou-se preocupado com o assunto. Ainda com a Palavra, Sr. Paulo Martins registrou a sua preocupação quanto ao disposto nos Decretos 408 e 409 que retirou verbas destinadas à mobilidade Urbana para serem aplicadas na saúde. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja ata segue assinada pelo Presidente e pela secretária, devendo ser aprovada na próxima reunião ordinária e publicada posteriormente na internet.

ROGÉRIA MARIA CANEDO GUIMARÃES

Secretária

GILMAR SILVA DE OLIVEIRA

Presidente